

§ 4º As exceções do art. 3º do Decreto nº 22.780, de 2003, serão expressamente caracterizadas por relatório de vistoria realizado pela F/SUBPA, que poderá delegar esse encargo aos seus representantes no GTO - IMÓVEIS.

§ 5º O processo de que trata o *caput* será remetido à OP/SUBOP para executar a desocupação, requerendo o apoio logístico necessário aos diversos órgãos e entidades municipais, por meio da adoção de medidas autoexecutórias, com o auxílio, se necessário, das forças de segurança pública.

§ 6º A OP/SUBOP juntará Relatório Operacional Consubstanciado ao processo de que trata o *caput*, informando o resultado da operação ou os motivos que a impediram de ser executada.

§ 7º A F/SUBPA comunicará os fatos relativos à ocupação irregular ao Ministério Público, caso se configure, em tese, o crime de esbulho possessório definido pelo inciso II, do art. 161, do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, *Código Penal*, ou outros, tais como, crimes de dano à coisa, contra o meio ambiente e ecologia e os relativos ao parcelamento do solo.

§ 8º O GTO - IMÓVEIS remeterá ao Gabinete do Prefeito relatório gerencial trimestral, contendo indicadores dos resultados das medidas determinadas por este Decreto.

§ 9º O processo de que trata o *caput* será regido pelos prazos previstos no Decreto n.º 2.477 de 25 de janeiro de 1980, que *regulamenta a Lei nº 133, de 19 de novembro de 1979, que dispõe sobre atos da administração direta e autárquica do Município do Rio de Janeiro e dá outras providências*.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Rio de Janeiro, 2 de agosto de 2019; 455º ano da fundação da Cidade.
MARCELO CRIVELLA

DECRETO RIO Nº 46313 DE 2 DE AGOSTO DE 2019

Delega competência na forma que menciona.

O PREFEITO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, e,

CONSIDERANDO a edição do Decreto nº 46.135, de 28 de junho de 2019 que restabeleceu a UA de código 2800, com a denominação de Secretaria Municipal do Envelhecimento Saudável, Qualidade de Vida e Eventos - SEMESQVE:

CONSIDERANDO o Art. 2º, do decreto acima referido que subordina as Unidades Administrativas - UA 1122 à SEMESQVE

DECRETA

Art. 1º Fica delegada competência ao Secretário Municipal de Envelhecimento Saudável, Qualidade de Vida e Eventos - SEMESQVE, para praticar os atos de ordenação, realização de despesas, emissão de notas de empenho e liquidação de despesas a conta da dotação orçamentária do Programa de Trabalho 1122.041220389.2022..

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Rio de Janeiro, 2 de agosto de 2019; 455º ano da fundação da Cidade.
MARCELO CRIVELLA

DECRETO RIO Nº 46314 DE 02 DE AGOSTO DE 2019

Suplementa a Lei federal nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, que institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas - Sisnad; prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas; define crimes e dá outras providências, com a redação dada pela Lei 13.840, de 5 de junho de 2019; dispõe sobre a assistência à População em Situação de Rua - PSUA, e dá outras providências.

O PREFEITO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas, e

CONSIDERANDO o disposto no inciso III do art. 2º da Carta Cidadã, que estabelece entre os objetivos fundamentais da República, *erradicar a pobreza e a marginalização (...)*, combinado com o disposto no inciso X do seu art. 23, que estabelece como de competência comum dos entes federados *combater as causas da pobreza e os fatores de marginalização, promovendo a integração social dos setores desfavorecidos*;

CONSIDERANDO o disposto no inciso VII do § 3º do art. 277 da Carta Cidadã, que estabelece entre os deveres da família, da sociedade e do Estado, o *direito a proteção especial*, tendo, dentre outros aspectos, a *execução de programas de prevenção e atendimento especializado à criança, ao adolescente e ao jovem dependente de entorpecentes e drogas afins*;

CONSIDERANDO o disposto no inciso II do art. 30 da Carta Cidadã, que comete aos Municípios a competência para *suplementar a legislação federal e a estadual no que couber*, com o objetivo de permitir a esses entes federado adequar os comandos normativos emanados das demais instâncias da federação à realidade e especificidades locais;

CONSIDERANDO o disposto no art. 196 da Carta Cidadã, o qual prescreve que a *saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução dos riscos de doença e de outros agravos e o acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação*;

CONSIDERANDO o disposto na Lei federal nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, que *institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas - Sisnad; prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas; define crimes e dá outras providências*, com a redação dada pela 13.840, de 5 de junho de 2019, em especial quanto ao procedimento de internação voluntária e involuntária de dependente drogas, de que trata o seu art. 23-A;

CONSIDERANDO o disposto na Lei federal nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, *dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências*, a qual, ao dispor sobre medidas específicas de proteção consagra, no inciso IV do seu art. 45, a possibilidade de *inclusão em programa oficial ou comunitário de auxílio, orientação e tratamento a usuários dependentes de drogas lícitas ou ilícitas, ao próprio idoso ou à pessoa de sua convivência que lhe cause perturbação*;

CONSIDERANDO o disposto no inciso XXXIX, do art. 30 da Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro, que estabelece como de competência do Município *instituir programas de amparo aos idosos, a famílias carentes e menores abandonados e de atendimento e integração social a pessoas portadoras de deficiências, dependentes de drogas e alcoólatras*,

DECRETA:

Art. 1º Este Decreto suplementa a Lei federal nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, que *institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas - Sisnad; prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas; define crimes e dá outras providências*, com a redação dada pela Lei nº 13.840, de 5 de junho de 2019, e dispõe sobre a assistência à População em Situação de Rua - PSUA.
§ 1º Para os efeitos deste Decreto, consideram-se:

I - dependentes de drogas - as pessoas que utilizam permanentemente substância psicoativa, lícita ou ilícita, e que apresentem falta de controle físico e psíquico em relação ao seu uso e efeitos;

II - PSUA - o grupo populacional heterogêneo que possua, em comum, a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória.

III - atividades de prevenção do uso indevido de drogas - aquelas direcionadas para a redução dos fatores de vulnerabilidade e risco e para a promoção e o fortalecimento dos fatores de proteção.

Art. 2º Ficam os órgãos municipais com atuação na matéria objeto deste Decreto, autorizados a firmar, preferencialmente de forma conjunta, convênios com entidades públicas e privadas, sem fins lucrativos, para o desenvolvimento e a execução de projetos para a assistência aos usuários e dependentes de drogas e à PSUA, e que atuem em conformidade com os princípios, diretrizes e objetivos fixados pela legislação pertinente, especialmente:

I - os arts. 5º ao 7º do Decreto federal nº 7.053 de 23 de dezembro de 2009, que *institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências*;

II - o art. 4º da Lei federal nº 11.343, de 2006.

Art. 3º Fica instituído o Cadastro Municipal da População em Situação de Rua - CPSUA.

§ 1º Cabe à Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos - SMASDH, com auxílio do Instituto Pereira Passos - IPP - e da Secretaria Municipal de Saúde - SMS, promover o CPSUA, com vistas à identificação do perfil social das pessoas de que trata este Decreto, com o objetivo de traçar ações de assistência específica.

§ 2º O CPSUA será priorizado em regiões de maior incidência de PSUA, conforme identificado pela SMASDH.

§ 3º A SMASDH poderá utilizar equipamentos municipais alocados a outros órgãos e entidades da prefeitura, quando não implique em prejuízo ao funcionamento destes, para realização de ações inerentes ao processo de levantamento e identificação dos perfis de que trata o § 1º.

§ 4º A SMS deverá dispor de médicos aptos à identificação de situações que recomendem a internação involuntária, conforme o procedimento administrativo estabelecido neste Decreto.

Art. 4º O fluxo para a recepção do usuário ou dependente de drogas e de pessoa em situação de rua, assim identificado em abordagem ou acolhimento de rotina, observará o seguinte procedimento:

I - a recepção será iniciada por meio de processo administrativo, autuado no órgão competente, contendo as informações básicas para o seu processamento, conforme regulamento próprio;

II - o processo será remetido à SMS para adoção dos procedimentos relativos à internação involuntária;

III - para efeito do inciso II são considerados dois tipos de internação:

a) internação voluntária: aquela que se dá com o consentimento do dependente de drogas;

b) internação involuntária: aquela que se dá, sem o consentimento do dependente, a pedido de familiar ou do responsável legal ou, na absoluta falta deste, de servidor público da área de saúde, da assistência social ou dos órgãos públicos integrantes do Sisnad, com exceção de servidores da área de segurança pública, que constate a existência de motivos que justifiquem a medida.

IV - para atendimento à internação voluntária serão observados os seguintes procedimentos:

a) deverá constar do processo Termo de Consentimento subscrito pela pessoa de que optou por este regime de tratamento, bem como de duas testemunhas do ato;

b) o seu término dar-se-á por determinação do médico responsável ou por solicitação escrita da pessoa que deseja interromper o tratamento.

V - para atendimento à internação involuntária serão observados os seguintes procedimentos:

a) deverá constar do processo administrativo a formalização da decisão pelo médico responsável;

b) será indicada depois da avaliação sobre o tipo de droga utilizada, o padrão de uso e na hipótese comprovada da impossibilidade de utilização de outras alternativas terapêuticas disponíveis na rede de atenção à saúde;

c) perdurará apenas pelo tempo necessário à desintoxicação, mas limitada ao prazo máximo de noventa dias, tendo seu término, em ambas as hipóteses, determinado pelo médico responsável;

d) a família ou o representante legal poderá, a qualquer tempo, requerer ao médico responsável a interrupção do tratamento.

§ 5º A internação de dependentes de drogas somente será realizada em unidades de saúde ou hospitais gerais, dotados de equipes multidisciplinares e deverá ser, obrigatoriamente, autorizada por médico devidamente registrado no Conselho Regional de Medicina.

§ 6º Na hipótese de a pessoa ser diagnosticada como portadora de transtorno mental, será observado o procedimento disciplinado pela Lei federal nº 10.216, de 6 de abril de 2001, que *dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental*.

Art. 5º Cabe à GM-Rio prover o apoio operacional necessário a assegurar a integridade física da equipe de abordagem multidisciplinar.

§ 1º A GM-Rio priorizará a identificação de quaisquer suspeitos de posse ou porte ilegal de armas de fogo ou aquele injustificado de armas brancas, tais como facas, facões, canivetes, navalhas, punhais, dentre outras com potencial para violar a integridade física de terceiros, circunstância essa que, sendo confirmada, imporá a sua apresentação à autoridade policial.

§ 2º Na hipótese do § 1º, a abordagem deverá observar as cautelas de estilo, evitando-se o emprego desproporcional de força e, sempre que possível, mediante o apoio de agentes de segurança pública.

§ 3º Tendo em vista que as ações de que trata este Decreto advêm de imposição da Constituição Federal, se inserem no contexto das consideradas como de vigilância sanitária e epidemiológica e que são dirigidas a segmento social mais vulnerável, na hipótese de recusa injustificada ou de impossibilidade de a pessoa abordada discernir sobre a sua condução para o cadastramento de que trata o art. 3º, ela se dará com observância ao disposto no § 2º.

§ 4º Feito cadastramento e não havendo óbice a sua liberação, a pessoa cadastrada será reconduzida ao local em que seu deu a sua abordagem.

Art. 6º A SMS e a SMASDH disciplinarão, no prazo de cinco dias, por meio de Resolução Conjunta, as rotinas de atuação, de forma a evitar eventual superposição.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo os seus efeitos após o decurso do prazo de que trata o art. 6º.
Rio de Janeiro, 2 de agosto de 2019; 455º ano da fundação da Cidade.
MARCELO CRIVELLA

DECRETO RIO “P” Nº 543 DE 2 DE AGOSTO DE 2019
O PREFEITO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

RESOLVE
Nomear **JOSÉ FERNANDO MOTA**, Engenheiro Agrônomo, com validade a partir de 1º de agosto de 2019, para exercer o Cargo em Comissão de Diretor de Diretoria de Fundação, símbolo DAS-10.B, código 024881, da Diretoria de Arborização, da Fundação Parques e Jardins.

DECRETO RIO “P” Nº 544 DE 2 DE AGOSTO DE 2019
O PREFEITO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

RESOLVE
Exonerar, a pedido, **ALAMIR PUNARO BARATTA JÚNIOR**, matrícula 13/118.005-8, Engenheiro, com validade a partir de 1º de junho de 2019, do Cargo em Comissão de Diretor de Diretoria de Fundação, símbolo DAS-10.B, código 024881, da Diretoria de Arborização, da Fundação Parques e Jardins.

DECRETO RIO “P” Nº 545 DE 2 DE AGOSTO DE 2019
O PREFEITO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

RESOLVE
Designar **MARCELO ADRIANO FONSECA DE PAULA**, matrícula 13/234.694-8, Professor I, com validade a partir de 17 de julho de 2019, para exercer a Função de Confiança de Chefe de Gabinete de Fundação, código 042385, da Presidência, da Fundação Parques e Jardins, considerando os termos do Decreto nº 40549 de 21 de agosto de 2015.

DECRETO RIO “P” Nº 546 DE 2 DE AGOSTO DE 2019
O PREFEITO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

RESOLVE
Exonerar **SANDRA REGINA JULIÃO**, matrícula 70/301.930-4, com validade a partir de 15 de julho de 2019, do Cargo em Comissão de Subsecretário, símbolo DAS-10.A, código 051247, da Subsecretaria de Políticas para o Idoso, da Secretaria Municipal do Envelhecimento Saudável, Qualidade de Vida e Eventos.

DECRETO RIO “P” Nº 547 DE 2 DE AGOSTO DE 2019
O PREFEITO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

RESOLVE
Nomear **TIAGO ALMEIDA DA SILVA**, matrícula 60/288.991-3, com validade a partir de 15 de julho de 2019, para exercer o Cargo em Comissão de Subsecretário, símbolo DAS-10.A, código 051247, da Subsecretaria de Políticas para o Idoso, da Secretaria Municipal do Envelhecimento Saudável, Qualidade de Vida e Eventos.

DECRETO RIO “P” Nº 548 DE 02 DE AGOSTO DE 2019
O PREFEITO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

RESOLVE
Delegar competência a **FELIPE MICHEL**, Secretário Municipal de Envelhecimento Saudável, Qualidade de Vida e Eventos para ordenar os Programas Sociais, abaixo especificados, visto estarem alocados na Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos ou na Fundação Parques e Jardins:

1707.08.241.0519.2242	1707.08.241.0099.2861	1707.04.122.0380.2410
1707.04.122.0380.2420	1707.08.244.0569.1122	1707.04.122.0380.2160
1707.04.126.0380.2790	1707.04.241.0380.2340	1707.08.241.0099.2250
1710.08.241.0099.2000	1707.08.244.0569.1122	1122.04.122.0389.2022
2441.18.122.0385.4165	2441.18.122.0385.4415	2441.18.122.0385.4425
2441.18.126.0385.4765	2441.18.541.0385.4345	2441.18.541.0385.4425
2441.18.541.0536.4010	2441.18.543.0534.1102	2441.18.543.0203.3010
2441.18.0536.4210	2441.18.846.9000.6002	

RETIFICAÇÃO
D.O. RIO N.º 92 DE 30 DE JULHO DE 2019
DECRETO RIO “P” N.º 515 DE 29 DE JULHO DE 2019
ONDE SE LÊ:
“Nomear **FERNANDO GONZALEZ DOS SANTOS**, matrícula 13/208.606-4, Agente de Administração, com validade a partir de 1º de julho de 2019, para exercer o Cargo em Comissão de Presidente de Fundação, símbolo DAS-10.A, código 013290...”

LEIA-SE:
“Nomear **FERNANDO GONZALEZ DOS SANTOS**, matrícula 13/208.606-4, Agente de Administração, com validade a partir de 17 de julho de 2019, para exercer o Cargo em Comissão de Presidente de Fundação, símbolo DAS-10.A, código 013290...”

DESPACHOS DO PREFEITO

EXPEDIENTE DE 02/08/2019
Ofício SME nº 242

Autorizo.

GABINETE DO PREFEITO

Chefe de Gabinete: **Margarett Rose Nunes Leite Cabral**
Rua Afonso Cavalcante, 455 - 13º andar

DESPACHOS DO CHEFE DE GABINETE DO PREFEITO
EXPEDIENTE DE DE 02/08/2019
04/132.419/2019
04/132.370/2019
04/132.396/2019
04/132.397/2019

Defiro (nos termos de fls. 08).

04/132.277/2019
04/132.077/2019
04/132.369/2019

Defiro (nos termos de fls. 09).

SECRETARIA DA CASA CIVIL

Secretário: **Paulo Albino Santos Soares**
Rua Afonso Cavalcanti, 455 - 13º andar - Tel.: 2976-3187

RESOLUÇÃO “P” Nº 3257 DE 2 DE AGOSTO DE 2019
O SECRETÁRIO CHEFE DA SECRETARIA MUNICIPAL DA CASA CIVIL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

RESOLVE
Tomar sem efeito as Resoluções “P” N.ºs 3230 e 3231, de 1º de agosto de 2019, publicadas no D.O. Rio de 2 de agosto de 2019.

RESOLUÇÃO “P” Nº 3258 DE 2 DE AGOSTO DE 2019
O SECRETÁRIO CHEFE DA SECRETARIA MUNICIPAL DA CASA CIVIL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

RESOLVE
Tomar sem efeito a Resolução “P” N.º 3157, de 31 de julho de 2019, publicada no D.O. Rio de 1º de agosto de 2019.

RESOLUÇÃO “P” Nº 3259 DE 2 DE AGOSTO DE 2019
O SECRETÁRIO CHEFE DA SECRETARIA MUNICIPAL DA CASA CIVIL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

RESOLVE
Exonerar **LUCIANO DE OLIVEIRA ALBUQUERQUE**, matrícula 11/247.487-2, Fiscal de Transportes Urbanos, com validade a partir de 1º de agosto de 2019, do Cargo em Comissão de Coordenador I, símbolo DAS-09, código 042792, da Coordenadoria de Fiscalização, Licenciamento e Vistoria, da Coordenadoria Técnica de Transportes Complementares, da Subsecretaria de Transportes, da Secretaria Municipal de Transportes.

RESOLUÇÃO “P” Nº 3260 DE 2 DE AGOSTO DE 2019
O SECRETÁRIO CHEFE DA SECRETARIA MUNICIPAL DA CASA CIVIL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

RESOLVE
Nomear **DANIEL FELIPE ALVES SALGADO**, com validade a partir de 1º de agosto de 2019, para exercer o Cargo em Comissão de Coordenador I, símbolo DAS-09, código 042795, da Coordenadoria de Taxis, da Coordenadoria Técnica de Transportes Complementares, da Subsecretaria de Transportes, da Secretaria Municipal de Transportes.

RESOLUÇÃO “P” Nº 3261 DE 2 DE AGOSTO DE 2019
O SECRETÁRIO CHEFE DA SECRETARIA MUNICIPAL DA CASA CIVIL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

RESOLVE
Nomear **MARINALVA MARIA DO NASCIMENTO ABRÃO**, com validade a partir de 1º de agosto de 2019, para exercer o Cargo em Comissão de Assistente I, símbolo DAS-06, código 042886, da Gerência de Fiscalização e Licenciamento, da Coordenadoria de Fiscalização e Licenciamento, da Subsecretaria de Transportes, da Secretaria Municipal de Transportes.

RESOLUÇÃO “P” Nº 3262 DE 2 DE AGOSTO DE 2019
O SECRETÁRIO CHEFE DA SECRETARIA MUNICIPAL DA CASA CIVIL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

RESOLVE
Nomear **AUGUSTO PORTO WERCKMEISTER**, com validade a partir de 1º de agosto de 2019, para exercer o Cargo em Comissão de Assistente I, símbolo DAS-06, código 072820, da Subsecretaria de Transportes, da Secretaria Municipal de Transportes.

RESOLUÇÃO “P” Nº 3263 DE 2 DE AGOSTO DE 2019
O SECRETÁRIO CHEFE DA SECRETARIA MUNICIPAL DA CASA CIVIL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

RESOLVE
Designar **MÁRCIA ANTONIO DA SILVA**, matrícula 13/090.633-9, Engenheiro Civil, com validade a partir de 5 de julho de 2019, para exercer a Função de Confiança de Gerente, código 020475, da Gerência de Engenharia Elétrica, da Diretoria Tecnológica e de Projetos, da Companhia Municipal de Energia e Iluminação.

RESOLUÇÃO “P” Nº 3264 DE 2 DE AGOSTO DE 2019
O SECRETÁRIO CHEFE DA SECRETARIA MUNICIPAL DA CASA CIVIL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

RESOLVE
Dispensar **LUIZ OTAVIO AVELLAR DA SILVA**, matrícula 13/247.732-1, Agente de Administração, com validade a partir de 3 de junho de 2019, da Função de Confiança de Chefe de Divisão, código 050790, da Divisão de Administração e Desenvolvimento, da Gerência de Recursos Humanos, da Diretoria de Administração e Finanças, da Companhia Municipal de Energia e Iluminação.

RESOLUÇÃO “P” Nº 3265 DE 2 DE AGOSTO DE 2019
O SECRETÁRIO CHEFE DA SECRETARIA MUNICIPAL DA CASA CIVIL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

RESOLVE
Designar **LUIZ OTAVIO AVELLAR DA SILVA**, matrícula 13/247.732-1, Agente de Administração, com validade a partir de 3 de junho de 2019, para exercer a Função de Confiança de Gerente, código 004818, da Gerência de Recursos Humanos, da Diretoria de Administração e Finanças, da Companhia Municipal de Energia e Iluminação.

RESOLUÇÃO “P” Nº 3266 DE 2 DE AGOSTO DE 2019
O SECRETÁRIO CHEFE DA SECRETARIA MUNICIPAL DA CASA CIVIL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

RESOLVE
Dispensar **CELSO RICARDO MARTINS**, matrícula 69/2.571.817-0, com validade a partir de 1º de agosto de 2019, da Função de Confiança de Assessor Chefe, código 050796, da Assessoria de Projetos e Metas, da Presidência, da Companhia Municipal de Energia e Iluminação.

RESOLUÇÃO “P” Nº 3267 DE 2 DE AGOSTO DE 2019
O SECRETÁRIO CHEFE DA SECRETARIA MUNICIPAL DA CASA CIVIL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

RESOLVE
Designar **CELSO RICARDO MARTINS**, matrícula 69/2.571.817-0, com validade a partir de 1º de agosto de 2019, para exercer a Função de Confiança de Gerente, código 020459, da Gerência de Manutenção de Materiais e Equipamentos, da Diretoria de Administração e Finanças, da Companhia Municipal de Energia e Iluminação.